

A intolerância religiosa na literatura de Jorge Amado

The religious intolerance in the literature of Jorge Amado

Paula Sperb¹

¹ Doutoranda em Letras (UCS), mestre em Letras, Cultura e Regionalidade (UCS) e jornalista (PUCRS). Autora do capítulo "Jorge Amado, jornalista: o percurso do autor na imprensa", do livro *Jorge Amado – Cacaú: a volta ao mundo em 80 anos* (Casa de Palavras: Salvador, 2014) bolsista Prosup/Capes.

E-mail: paulasperb@gmail.com

RESUMO: A partir da proposta do eixo temático “Expressão de Conflitos”, do evento Duo VII – Dialogue Under Occupation, nos dispomos a fazer uma reflexão sobre a intolerância religiosa enquanto temática da literatura de Jorge Amado. A intolerância religiosa aparece especialmente na obra *Tenda dos Milagres* (1968), em cenas de perseguição aos pais-de-santo e terreiros de candomblé. Entendemos o fenômeno da intolerância racial como uma consequência das teorias raciais que vigoraram no Brasil como paradigma científico no final do século XIX e início do século XX. Essas teorias viam a raça como explicação para o primitivismo/atraso ou civilização/avanço. O candomblé, segundo essa perspectiva científica, por estar ligado à cultura africana (ou seja, negra), representava o suposto atraso do Brasil, que precisava ser combatido e solucionado. Quando foi deputado federal pelo partido comunista, Jorge Amado criou e aprovou a emenda que estabelecia a liberdade religiosa e de culto no Brasil, em 1946. Para realizar este trabalho utilizamos principalmente o suporte teórico de Leite (1976), Schwarcz (2001) e Skidmore (1989).

PALAVRAS-CHAVE: Jorge Amado; Intolerância religiosa; Teorias raciais; Literatura.

ABSTRACT: From the proposal of thematic area “Expression of Conflicts”, of Duo VII – Dialogue Under Occupation event, we propose to think about the religious intolerance while subject of the literature of the brazilian writer Jorge Amado. The religious intolerance appears specially in the book *Tenda dos Milagres* (1968), in scenes that shows “pais-de santo” and “terreiros de candomblé” being chase. We understand the religious intolerance phenomenon as a consequence of racial theories that were a scientific paradigm in the end of XIX century and at the beginning of XX century. These theories understood race as an explanation for the backwardness or progress of a nation. The “candomblé” religion, according to this scietific perspective, meant the supposed delay of Brazil by being related to african culture. When Jorge Amado was a congressman by the comunist party, he created de law that sets the religious freedom in Brazil, in 1946. For this work we use mainly the thoughts by Leite (1976), Schwarcz (2001) e Skidmore (1989).

KEYWORDS: Jorge Amado; Religious intolerance; Racial theories; Literature.



Introdução

Criada em 1946 por Jorge Amado, a emenda que determinou a liberdade religiosa e de culto no Brasil nos parece ainda necessária. Na época da criação da emenda, o escritor e deputado federal pelo Partido Comunista testemunhava seus amigos sofrendo agressões da polícia por praticarem o candomblé. Terreiros eram invadidos, imagens eram quebradas e adeptos eram presos nas delegacias.

A liberdade religiosa, apesar de garantida na constituição, depara-se com a intolerância. Atualmente, não são raras as notícias de fiéis de cultos de matizes africanas que são perseguidos por integrantes de religiões neopentecostais. A agressão sofrida por uma menina de 11 anos ao sair do culto de candomblé, em junho de 2015, no Rio de Janeiro, parece ser o “símbolo” da intolerância atual. A garota levou uma pedrada na cabeça de homens que gritavam “Jesus está voltando!”¹.

Embora a intolerância que observamos nos tempos odiernos tenha uma origem distinta da intolerância que inspirou politicamente e literariamente Jorge Amado, acreditamos que o tema mereça reflexão. Seguindo a premissa do Duo – Dialogue Under Occupation, que incentiva as pesquisas acadêmicas a buscarem soluções para os conflitos sociais do mundo através de seus campos de conhecimento², nos propomos a traçar um panorama sobre as teorias raciais que desembocaram na intolerância religiosa retratada por Jorge Amado. O tema é abordado especialmente no livro *Tenda dos Milagres* (1968).

¹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/06/1642819-apos-sair-de-culto-de-candomble-menina-de-11-anos-leva-pedrada-no-rio.shtml>>. Acessado em 7 de novembro de 2015.

² A autora parafraseia as palavras do professor Lawrence N. Berlin, criador do DUO, durante a conferência de abertura do evento na PUCRS em 28 de outubro de 2015.

1 Origem e “utilidade” das teorias raciais no Brasil

Ser intelectual no Brasil nas décadas que assistiram ao século XIX ficar para trás para receber o século XX significava pensar a realidade do país, refletir sobre sua identidade e resolver o problema do atraso econômico e cultural da nação, que estava em formação. Atraso entendido quando relacionado com as potências do Velho Mundo. Com o surgimento da República, instituições como o Museu Nacional e Instituto Histórico Geográfico Brasileiro foram criados justamente para responder algumas destas questões e se tornaram ambientes propícios, em conjunto com as universidades eminentes, para a proliferação de ideias, muitas vindas da Europa, e também para o planejamento da estrutura e futuro do país.

“Quem somos?” é uma das principais questões filosóficas do ser humano, mas também afligia os intelectuais que precisavam encontrar resposta para a pergunta “Quem somos nós brasileiros?”. Alguns paradigmas científicos predominavam no período e serviam, inclusive, para justificar políticas internacionais.

Neste cenário, o evolucionismo, por exemplo, permite que grandes potências europeias justifiquem seu domínio sobre as demais sustentando um raciocínio cartesiano de que seriam mais evoluídas, enquanto os países dominados seriam atrasados, caminhando para a evolução. Uma justificativa “natural” para o Capitalismo que toma forma. Como mostra Ortiz (2003, p. 15), importar esta teoria coloca um problema para os pensadores brasileiros. Como entender o Brasil, atrasado, inferior, atrás dos europeus? Ao mesmo tempo em que é necessário responder estes questionamentos, é preciso acreditar que o Brasil tem a possibilidade de evoluir, progredir e se desenvolver. Mas em que se pode basear essa possibilidade de evolução do país? Este raciocínio somado à compreensão da defasagem entre “teoria e realidade”, como diz Ortiz (2003), é o que dá

substância para a busca de uma identidade nacional em paralelo à formação de um Estado Nacional.

Assim, o evolucionismo será matéria-prima para os intelectuais brasileiros, que precisam assimilar uma realidade que é diferente da europeia. Para entender nosso atraso, é preciso identificar nossa especificidade ao mesmo tempo em que se encontra a solução que levará ao progresso. Ortiz (2003) diz que para resolver esta equação os estudiosos acrescentaram dois elementos, meio e raça, esta última sobre a qual nos debruçaremos.

Podemos resumir o processo de escolha e adequação das teorias raciais em dois tópicos apresentados por Ortiz (2003, p. 33). Em um primeiro momento, os intelectuais nacionais escolheram algumas das teorias disponíveis para, em seguida, “no interior dessas teorias”, escolherem os elementos mais pertinentes para solucionar o problema brasileiro. Com esta pesquisa, podemos afirmar que um destes elementos é a raça e que ela comporia nossa representação de identidade. Conforme Ortiz (2003, p. 7), “se define em relação a algo que lhe é exterior, ela é uma diferença”. A principal diferença da representação identitária entre o Brasil e os países europeus, de raça branca, é que aqui, além dos colonizadores portugueses também temos os índios e negros e justamente essa mistura, a miscigenação, seria nossa diferenciação, portanto, nossa identidade.

Com as ideias deterministas, o mestiço – ou seja, o brasileiro – herdaria as características de raças inferiores (índios e negros), mas ao mesmo tempo preservaria as características da raça branca, que se acreditava a mais forte. Assim, a mestiçagem aparece como solução para o Brasil pela possibilidade de branqueamento da população e, portanto, consolidava a ideia de uma nação em construção, com futuro.

Para assimilar a ideia da raça como elemento de identidade (miscigenação), problema (negros) e até solução do país (branqueamento), os intelectuais brasileiros buscaram as teorias estrangeiras, como foi

dito. Entre os citados, inclusive em *Tenda dos Milagres* que nos serve de referência nesta pesquisa, está Arthur de Gobineau (1816-82), que apesar da popularidade não era, entre os autores racistas da época, o mais difundido no Brasil. Ele era menos lido do que Henry Thomas Buckle (1821-62), por exemplo. Superando seu pavor de pegar febre amarela³ e o horror que tinha ao Brasil, Gobineau foi ministro da França no país em 1869 e a opinião que tinha sobre os brasileiros é de que eram “feios como macacos” (SKIDMORE, 1989, p. 46 e 47). Para ele,

Nem um só brasileiro tem sangue puro porque os exemplos de casamentos entre brancos, índios e negros são tão disseminados que as nuances de cor são infinitas, causando uma degeneração do tipo mais deprimente tanto nas classes baixas como nas superiores (GOBINEAU apud SKIDMORE, 1989, p. 46).

Neste período, os pensadores sociais brasileiros se inquietavam com os efeitos da mistura racial. Apesar da predominância da visão negativa sobre a miscigenação, não havia exatamente um consenso entre os argumentos e teorias que embasavam a opinião dos pensadores. Ao mesmo tempo que a mestiçagem era utilizada para explicar o atraso do Brasil, um país de raças miscigenadas poderia representar um momento de transição e, portanto, de um futuro mais branco e promissor (SCHWARCZ, 1993, p. 12).

Além do problema da concepção de raça propriamente dita, havia os problemas sociais decorrentes do fim da escravidão, como uma nova classe social de negros livres e seu novo papel na sociedade⁴. As diferenças entre brancos, mulatos, negros, ricos, pobres eram inegáveis. Nesse sentido, as

³ Houve uma epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro nos anos de 1869 e 1870 (SKIDMORE, 1989).

⁴ Diferente dos Estados Unidos, marcado pela segregação entre brancos e negros, no Brasil os mestiços constituíam uma casta socialmente e economicamente aceita e numerosa. A teoria de que os híbridos eram inférteis, como na zoologia, ficava impossibilitada de ser aceita pela evidência de mulatos brasileiros (SKIDMORE, 1989, p.73).

teorias raciais também serviam de argumento para justificar cientificamente as diferenças sociais.

Vejamos agora quais eram as três principais escolas da teoria raciológica, conforme Thomas Skidmore. A Escola etnológico-biológica surgiu e foi sistematizada nos Estados Unidos entre 1840 e 1850. Baseada na ideia de poligenia, sustentava a “criação das raças humanas através das mutações diferentes das espécies”. A antropologia física dava a base científica que justificava o preconceito contra negros. Pesquisadores procuravam evidências da inferioridade mental dos negros em testes de inteligência (SKIDMORE, 1989, p. 66 e 67).

A Escola Histórica pode ser resumida pelos pensamentos de Gobineau lidos pelo personagem Pedro Archanjo, em *Tenda dos Milagres*: “Esses pensadores partiam da suposição de que raças humanas – as mais diversas – podiam ser diferenciadas uma das outras – com a branca permanentemente e inerentemente superior a todas”. Era chamada de histórica porque os intelectuais confiavam em evidências supostamente históricas da superioridade dos povos brancos (SKIDMORE, 1989, p. 67).

A terceira escola era a do Darwinismo social. A tese de Darwin só poderia ser aceita ao abandonar a ideia da existência de diferentes raças (poligenia), já que defendia a evolução e adaptação a partir de uma única espécie. Mesmo assim, acabou sendo conciliada com a Escola Histórica.

Se a evolução para formas superiores de vida natural resultava da “sobrevivência dos mais aptos”, numa competição de diferentes espécies e variedades, logicamente admitia-se que as diferentes raças humanas tinham passado por processo evolutivo semelhante. Nesse processo, histórico-evolutivo, as “raças superiores” haviam predominado, fazendo com que as “inferiores” parecessem fadadas a definharem e desaparecerem (SKIDMORE, 1989, p. 68).

Havia também outra utilidade para a ideia de seleção natural: ela era usada para explicar o domínio ocidental, que era considerado, portanto, mais forte e adaptado (SCHWARCZ, 1993, p. 56).

Analisando as três principais escolas de teorias racistas, o que se percebe é que elas foram adaptadas à realidade brasileira em alguns aspectos. Como diz Lilia Moritz Schwarcz, “é do paradoxo que surge a saída original”, já que o suposto da diferença natural e hierarquia racial foi adotado do darwinismo social e a ideia de aperfeiçoamento do evolucionismo social (SCHWARCZ, 1993, p. 18). Ainda conforme Schwarcz, os intelectuais “precisavam buscar eixo entre teorias que condenavam a miscigenação e a adaptação a um povo que já era miscigenado” (SCHWARCZ, 1993, p. 19), daí o traço de originalidade na adaptação das teorias para a aplicabilidade no contexto brasileiro. Além disso, o pensamento “atualizou o que combinava e descartou o que de certa forma era problemático para a construção de um argumento racial no país” (SCHWARCZ, 1993, p. 19).

O Brasil do período estudado era um país paradoxal, com grande população negra que era considerada a causa do atraso de seu desenvolvimento como nação e, ao mesmo tempo, quando misturada com a raça branca, era às vezes vista como solução.

Paradoxo interessante, liberalismo e racismo corporificam, nesse momento, dois grandes modelos teóricos explicativos de sucesso local equivalente e no entanto contraditório: o primeiro fundava-se no indivíduo e em sua responsabilidade pessoal; o segundo retirava a atenção colocada no sujeito para centrá-la na atuação do grupo entendido enquanto resultado de uma estrutura biológica singular (SCHWARCZ, 1993, p. 14).

Positivismo, darwinismo social, escola histórica, teoria etnológica-biológica eram teorias permeadas também pelo determinismo climático. Sem nunca ao menos ter visitado o Brasil, o autor mais difundido em consequência de sua análise climática do território brasileiro foi Henry

Thomas Buckle (1821-62). Mesmo sem conhecer o nosso país, dedicou oito páginas a respeito no seu livro *História da Civilização na Inglaterra (1857-61)* (SKIDMORE, 1989, p. 44) e afirmou: “Em nenhum outro lugar há tão penoso contraste entre a grandiosidade do mundo exterior e a pequenez do interno...” (apud SKIDMORE, 1989, p. 45). Em suma, Buckle condenava o progresso do país por causa de seu clima tropical.

Um dos pensadores que leram, criticaram e assimilaram apenas uma parte das ideias de Buckle – com ressalvas – era Silvio Romero (1851-1914). Ele misturava darwinismo social com determinismo climático para analisar a mistura das três raças. Romero era inconstante em relação ao futuro racial do país, ora era otimista, ora pessimista. Para ele, mestiços e crioulos eram uma sub-raça, resultado da reunião de negros e índios com a raça ariana. “Não vem ao caso – acrescentaria em 1888 – “discutir se isto é um bem ou um mal; é um fato e basta” (SKIDMORE, 1989, p. 51). Em outros momentos não se isentava de opinar, por exemplo: “O servilismo do negro, a preguiça do índio e o gênio autoritário e tacanho do português produziram uma nação informe sem qualidades fecundas e originais” (apud SKIDMORE, 1989, p. 52).

Apesar do negativismo de alguns intelectuais, após a abolição da escravatura difundiu-se o ideal de branqueamento que, de certa forma, insuflava certo otimismo sobre o futuro brasileiro, que poderia ser mais branco e, assim, mais evoluído. Acreditava-se, o que de fato se comprovou, na diminuição da população negra. Mas não, como sugeriam as teorias racistas, porque a raça negra era mais fraca e pior do que a branca, predominante e mais forte. A diminuição de negros na população brasileira se deve a diversos fatores, como a imigração europeia, por exemplo. Era comum as negras terem filhos com brancos e, portanto, mais claros. Já as famílias negras viviam em condições precárias, com poucas condições sanitárias, de saúde e nutrição, o que levava à morte dos filhos. Durante o I Congresso Internacional das

Raças, em julho de 1911, em Londres, João Batista Lacerda, então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, proclamava que “o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução” (apud SCHWARCZ, 1993, p. 11).

Enfim, o Brasil precisava encarar o problema da raça, mas em primeiro lugar seria preciso admitir que este problema existia. Não só o problema de um suposto atraso do país – que seria resolvido através do branqueamento com incentivo a casamentos entre pessoas da mesma raça e imigração europeia –, mas o problema do preconceito racial. Eis mais um paradoxo do Brasil.

Embora os brasileiros fizessem praça da ausência de preconceito racial, a imprensa dava notícia, diariamente, de discriminação contra pretos e mulatos escuros. Os incidentes envolviam as instituições oficiais que tinham contato com estrangeiros. Em 1904, o Correio da Manhã queixava-se de que os pretos eram impedidos de servir como guardas no Teatro Lírico, um famoso teatro do Rio (SKIDMORE, 1989, p. 64).

Este é apenas um de inúmeros exemplos de discriminação racial que poderiam ser dados e caracterizavam o Brasil após a abolição do trabalho escravo. O ideal de branqueamento do país era visto positivamente pela maioria dos brasileiros. “A miscigenação não produzia inevitavelmente ‘degenerados’, mas uma população mestiça sadia capaz de tornar-se sempre mais branca, tanto culturalmente quanto fisicamente” (SKIDMORE, 1989, p. 81).

Com tantas opiniões e teses sobre o povo negro brasileiro vindo da África, raros intelectuais se dedicaram a estudar de perto a raça negra. Este é o principal mérito do médico e professor da Faculdade de Medicina da Bahia Nina Rodrigues (1862-1906). É dele “o primeiro estudo etnográfico sério, sistemático e respeitável do afro-brasileiro por um brasileiro”, que não veio dos museus.

Tentou uma cuidadosa catalogação das origens etnográficas africanas exatas dos escravos trazidos para o Brasil, e procurou identificar – sem as vantagens de um conhecimento de primeira mão na África – os grupos linguísticos primários. Colecionou fotografias e desenhos de objetos de artes brasileiras de origem africana e aprofundou-se também na questão da assimilação dos africanos ao seu novo ambiente (SKIDMORE, 1989, p. 74 e 75).

É de Nina Rodrigues também que surgiu a inspiração para o personagem Nilo Argolo, professor da mesma faculdade, em *Tenda dos Milagres*. Nina Rodrigues, mesmo com os estudos que fez sobre os negros, era racista e considerava a raça negra inferior, incapaz de evoluir através do desenvolvimento do intelecto e oportunidades sociais iguais aos dos brancos. No que diz respeito à Medicina Legal, disciplina que lecionava, considerava que negros e índios deveriam ter punições diferentes, mais brandas, por seus crimes, por serem considerados seres incapazes. Nina negava a igualdade humana, inclusive juridicamente, portanto. Para ele, as pessoas de raças com níveis de evolução diferentes não poderiam ser punidas da mesma maneira (SKIDMORE, 1989, p. 74 e 75, SCHWARCZ, 1993, p. 209). A mestiçagem continuava a ser vista com pessimismo por Nina Rodrigues e, diferente de outros pensadores brasileiros, como Silvio Romero, não acreditava em um possível branqueamento do país e não via solução para o futuro do Brasil (SKIDMORE, 1989, p. 78). As ideias de Nina eram difundidas e reconhecidas no Brasil inteiro através da publicação de artigos na *Gazeta Médica da Bahia*, órgão de imprensa formado por médicos da Faculdade.

3 A intolerância religiosa em *Tenda dos Milagres*, de Jorge Amado

Um caminhante desavisado – procurando passagem entre o intenso movimento de vendedores de quitutes, animais domésticos (vivos ou mortos), comerciantes de todos os tipos e escravos – tinha grandes chances de ser

atingido por fezes e urina humana jogadas das janelas das residências da área urbana de Salvador, no final do século XIX e começo do século XX. Sem banheiros e sistema de encanamento, as fezes eram coletadas em baldes descarregados por escravos. Podiam ser jogadas da janela ou serem descarregadas nas áreas de passeio e no mar pelos chamados tigres, os escravos que levavam os baldes transbordantes de dejetos que manchavam suas costas formando listras. As ruas de sobe e desce da capital da Bahia também eram mal calçadas, o que dificultava a locomoção. Para quem chegava por via marítima, a vista de morros tomados de verdes em contraste com o azul do mar alimentava a fantasia do paraíso tropical. Mas ao desembarcar os viajantes se decepcionavam com a cidade, principalmente no caso dos europeus etnocentristas.

No todo a cidade por dentro não corresponde à sua bela aparência exterior, e as ruas ladeiradas, tortuosas e mal calçadas, os muitos edifícios desleixados causam uma impressão desagradável [...]. A limpeza por si já não sendo uma virtude do tronco português, a população negra concorre ainda mais para aumentar a indiferença pela imundície e sordidez. É preciso permanecer por muito tempo no Brasil para perder-se um pouco de repugnância e nojo por esta raça humana de aparência suja, mesmo exteriormente. As administrações por seu lado nada fazem para manter a limpeza nas ruas (CONSTATT apud REIS, 2009, p. 36).

Essa decepção com as condições físicas da cidade por parte dos visitantes se somava ao asco dos próprios moradores, como no caso do estudante da Faculdade de Medicina da Bahia Octávio Torres da Silva, indignado com a falta de saneamento e com os hábitos dos soteropolitanos:

Quantas vezes, não são os transeuntes testemunhas dessas misérias, ocasionadas, umas pela falta de latrinas, umas pela impudonon civil e baixeza de caráter de alguns indivíduos, vendo-os lançar essas imundícies pela calha que serve de esgoto às águas dos telhados, quando não tomaram um banho d'elas atiradas pela janela? Quantos não são presenteados com os célebres pombinhos sem asas, cuja confecção é assaz conhecida e bastante usual nesta cidade? Quem não vê diariamente os esvaziamentos de urinas, latas e uns celeberrimos chifres, no meio das ruas e mesmo pelas janelas? (SILVA apud REIS, 2009, p. 52).

Os dois testemunhos acima demonstram como a cidade, e também a nação, era vista por habitantes e viajantes: suja, atrasada, incivilizada. Os homens de ciência estudavam soluções e as propagavam. O povo, escravo ou prestes a formar uma nova camada da sociedade desamparada, não recebia educação ou investimento em saúde e ainda carregava no corpo uma marca condenada pelos intelectuais: a cor da sua pele. Eram negros ou mestiços. Para muitos os últimos eram ainda piores, inferiores. Mas a miscigenação dos brasileiros também era vista pelo viés positivo, considerando como uma qualidade, fator de união e democracia racial, diminuindo ou eliminando o preconceito. A tese de que nosso país seria uma “sociedade multirracial de classes” foi formulada por Donald Pierson – muitas décadas mais tarde, nos anos 1949 –, conforme aponta Antonio Sérgio Alfredo Guimarães⁵, e dizia que as diferentes origens étnicas dos brasileiros não impunham “barreiras de convívio e à mobilidade social”. As barreiras sociais eram compreendidas como consequência da economia e cultura, mesmo argumento de Gilberto Freyre em *Sobrados e Mocambos*, ainda conforme Guimarães.

A miscigenação como característica positiva dos brasileiros, que negariam a discriminação⁶, ou como explicação para o atraso do país: dois pontos de vista floresceram no ambiente intelectual e tiveram dois

⁵ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil, IN: Revistas Novos Estudos Cebrap, nº 54, 1999, São Paulo.

⁶ Nos anos da ditadura militar, entre 1968 e 1978, a “democracia racial” passou a ser um dogma, uma espécie de ideologia do Estado brasileiro. Ora, a redução do anti-racismo ao anti-racialismo e sua utilização para negar os fatos da discriminação e das desigualdades raciais, crescentes no país, acabaram por se tornar uma ideologia racista *per se*, ou seja, uma negação da ordem discriminatória e das desigualdades raciais realmente existentes. Foi justamente a função obscurecedora do anti-racialismo que passou a incomodar cada vez mais a população negra, sobretudo aquela fatia que nunca quis ser embranquecida e referida, em nossa terminologia cromática, por palavras como “escuros”, “morenos”, “roxinhos” e tantas outras, que denotam alguma desvantagem. Esta tensão entre um ideário anti-racista, que corretamente negava a existência biológica das raças, e uma ideologia nacional, que negava a existência do racismo e da discriminação racial, acabou por se tornar insuportável para todos e insustentável pelos fatos. GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil, p. 153. IN: Revistas Novos Estudos Cebrap, nº 54, 1999, São Paulo.

intelectuais contemporâneos como expoentes. Nina Rodrigues⁷ e Manuel Querino⁸ polarizavam estas posições teóricas. O primeiro, condenando a mistura de raças, e o segundo, a enaltecendo.

Nina Rodrigues, conforme Dante Moreira Leite (1976), aceitava sem questionamentos o evolucionismo, ou seja, havia raças superiores (os brancos) e inferiores (os negros), em estágio primitivo, mas que poderiam se desenvolver, ao contrário do mestiço, que era considerado ainda pior. Os mestiços prejudicavam a situação do Brasil, que comparada à dos Estados Unidos não tinha solução, já que no país da América do Norte a segregação entre brancos e negros favorecia o desenvolvimento pela falta de mistura e, por causa do darwinismo, acreditava-se erroneamente que os brancos, a raça mais forte, eliminariam os negros definitivamente através da seleção natural. Assim, Nina Rodrigues era pessimista em relação ao futuro do Brasil, já que não via a mestiçagem como uma possibilidade de branqueamento dos negros, solução proposta por intelectuais de sua época, como vimos no capítulo anterior. A mestiçagem denegria a raça branca, assim Nina Rodrigues estava convicto. O professor de Medicina Legal também propunha mudanças no Código Penal brasileiro, alegando que raças inferiores não poderiam ser punidas da mesma forma que os brancos. Sobre isso, LEITE (2002) alega que Nina Rodrigues enfrentava um problema filosófico muito sério, já que, aceitando o determinismo biológico da inferioridade, como condenar alguém pressupondo seu livre arbítrio?

O chamado Direito Criminal teve sua teorização consolidada na Itália associada com a jovem Antropologia, de acordo com Sandra Jatahy Pesavento

⁷ Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), um dos primeiros brasileiros a se dedicarem ao estudo dos costumes africanos no Brasil, professor da Faculdade de Medicina da Bahia, acreditava que a miscigenação era causa da “degeneração” do povo. Seus estudos também permeavam as teorias da Medicina Legal do período.

⁸ Manuel Raimundo Querino (1851-1923) teve atuação em diversas áreas, que incluíam arte, política e, posteriormente, seu trabalho etnográfico sobre os negros com uma perspectiva positiva que também alcançava os mulatos.

(2009). Em 1876, o médico Cesare Lombroso lançou *L'Umo delinquente* e foi sucedido por Enrico Ferri e Raffaele Garofalo. Nascidos “desta confluência do direito com a medicina”, os criminalistas se reuniram em 1884, em Turim, e em 1885, em Roma, para estudar peças de acervo particular com crânios, esqueletos e cérebros. Uma nova espécie, contrariando a ideia de que não há diferentes espécies/raças de humanos, era “descoberta”: o *homo criminalis*. “Com isso, invertera-se a racionalidade penal clássica, segundo a qual o criminoso só existiria na medida em que infringisse a lei” (PESAVENTO, 2009, p.18). Conforme a autora, o criminoso era compreendido como estagnado em um estágio primário da evolução. Lombroso assinalava que o tipo físico do criminoso tinha “as orelhas afastadas, cabelos abundantes, barba rala, sinus frontais e maxilares enormes; queixo quadrado e saliente, maçãs do rosto salientes, gestos frequentes” (LOMBROSO apud PESAVENTO, 2009, p. 18).

Em *Tenda dos Milagres* uma passagem demonstra a influência da escola italiana nos pensadores do final do século XIX e começo do século XX.

No primeiro júri, após mais de um ano de espera na cadeia, o promotor falara em perversidade congênita, exibira o seu *Lombroso*. Observem, Senhores Jurados, a *cabeça do indigitado réu: crânio típico de assassino*. Sem falar na **cor escura**: as teorias mais modernas, defendidas pelo ilustre professor de Medicina Legal de nossa colenda Faculdade, doutor Nilo Argolo, autoridade incontestada, assinalam *o alto percentual de criminalidade dos mestiços*. Ali, no banco dos réus, encontra-se uma prova a mais do acerto dessas teses (AMADO, 2001, p. 202).

Essas ideias eram aceitas e disseminadas nos meios científicos e intelectuais. Nina Rodrigues era seguidor de Lombroso e, apesar das ideias preconceituosas contra negros e mestiços (de baixa moralidade, indolente, fraco fisicamente, consequência do menor desenvolvimento cerebral, imprevidente e impulsivo), tinha visões paradoxais a respeito da cultura

negra. Ele mesmo era um ogã de um terreiro de candomblé na Bahia. Ogã é o “cargo reservado aos homens 'não-rodantes' (que não entram em transe) e cuja função é auxiliar o pai ou a mãe-de-santo” (SILVA, 2005, p. 139). Além disso, podem ser ogã alabê, que tocam os atabaques, ou ogã axogum, encarregado do sacrifício ritual de animais. Segundo Roger Bastide (2001), o que define um ogã em contraposição ao filho-de-santo não é o fato de ele não possuir um orixá, já que cada um de nós teria o seu, mas não ser possuído por ele (BASTIDE, 2001, p. 60). De forma simples, como mostra Bastide, ogã seria um protetor do candomblé, palavra de origem iorubá com o mesmo significado.

Há duas espécies de ogã. Alguns são escolhidos devido apenas à situação social e financeira, servindo de protetores do candomblé com relação às autoridades constituídas; defendem-na contra as possíveis arbitrariedades da polícia; auxiliam-na em caso de necessidade, lançando mão de seus próprios recursos. Outros, porém, conservando algo da origem sacerdotal do termo, oungangas (ou sacerdotes, no Gabão), formam uma espécie de sacerdócio secundário (BASTIDE, 2001, p. 59 e 60).

Os outros ogãs de que Bastide fala são os alabê e axogum, já citados.

A partir desta análise do autor, podemos inclusive afirmar que Nina Rodrigues se enquadraria no primeiro tipo, para proteger “em relação às autoridades constituídas”, defender “contra as possíveis arbitrariedades da polícia”. Conforme LEITE (2002), Rodrigues realmente combatia a ação da polícia contra os candomblés da Bahia.

Num rasgo de intuição, sugere que a perseguição aos *feiticeiros*, pelas classes altas, talvez se explicasse pelo fato de estas também temerem os feitiços. A realidade é tão poderosa que, se avançasse um pouco mais por ela, talvez Nina Rodrigues chegasse a contradições semelhantes àquelas indicadas em Euclides da Cunha: uma teoria errada para dar conta de uma realidade que a teoria europeia negava (LEITE, 2002, p. 216).

Na realidade, Nina Rodrigues entendia que o candomblé deveria ser encarado como um aspecto da cultura africana a ser investigado pela ciência, e não caso de polícia. Assim como enxergava a própria raça negra pelo viés evolucionista, via nos cultos de origem africana um estágio primitivo de religiosidade, de fetichismo, consolidando a influência teórica do positivismo. Os negros não teriam condições de compreender uma religião mais avançada, o catolicismo.

Outro ogã de terreiro de candomblé foi justamente o intelectual baiano pesquisador dos ritos africanos Manuel Querino (1851 -1923), que, em comum com Nina Rodrigues, tinha a convicção de que não deveria haver repressão policial. Mas mais uma vez seus pontos de vista são separados por uma enorme barreira. Querino via no candomblé a capacidade de adaptação e assimilação do negro em relação a outras culturas. A religião africana misturou-se no Brasil com o catolicismo formando o sincretismo que conhecemos.

O africano já trazia a seita religiosa de sua terra; aqui era obrigado, por lei, a adotar a religião católica. Habitado naquela e obrigado por esta, ficou com as duas crenças. Encontrou no Brasil a superstição, consequência fatal aos povos em sua infância. [...] Destarte não teve o africano dificuldades em encontrar uma como semelhança entre as divindades do culto católico e os ídolos do seu feiticismo, conforme o poder milagroso de cada um. (QUERINO apud REIS, 2009, p. 112)

Manuel Querino sofreu críticas à época por carecer de cientificidade na sua pesquisa etnológica. Entretanto, seus relatos sobre a cultura africana e o candomblé são minuciosos e serviram de fonte para a pesquisa de Roger Bastide sobre o mesmo tema. Querino é citado nas descrições de ritual de entrada para participar da organização de um candomblé, que inclui descobrir o orixá e confeccionar o colar, o Bori – ritual para saúde que inclui sacrifício animal e banho de sangue, ritual

da passagem do ano, que não segue a lógica do 1º de janeiro a 31 de dezembro – e a culinária baiana, por exemplo. Mesmo com tantos detalhes, Bastide considera em alguns momentos as informações “insuficientes”. Sobre Nina Rodrigues, reconhecendo as divergentes posições de ambos e o tratamento racista dado aos negros, avalia os dados coletados como fiéis.

Apesar de todas essas falhas, as obras de Nina Rodrigues, ainda agora, não deixam de ser talvez as melhores publicadas sobre o assunto, primeiro porque seus informantes pertenciam ao candomblé mais tradicional, mais puramente africano de sua época, o candomblé de Gantois; depois, porque suas descrições do culto, das hierarquias sacerdotais, das representações coletivas do grupo negro, são fiéis e sempre válidas. São sem dúvida livros incompletos, mas, naquilo que descrevem, livros seguros. (BASTIDE, 2001, p. 22)

Conforme Reis (2009), não há evidências de que Manuel Querino e Nina Rodrigues se conheciam, mesmo ambos morando em Salvador e tendo interesses sobre os mesmos temas, apesar da discrepância entre suas opiniões. Mas, se o encontro entre os dois não ocorreu na realidade, foi promovido pelo escritor Jorge Amado na ficção. *Tenda dos Milagres* aproxima os dois intelectuais nas figuras do autodidata Pedro Archanjo e Nilo Argolo, que incorporam o elogio e a condenação da mestiçagem, respectivamente. Pedro Archanjo é o herói e Nilo Argolo é o vilão neste romance escrito em 1969.

Sobre os rituais de Candomblé, o vilão Nilo Argolo, personagem criado por Jorge Amado, diferentemente do teórico Nina Rodrigues, não contemporiza a riqueza cultural apesar do ponto de vista evolucionista e prega a eliminação e proibição dos cultos na Bahia. Postura oposta, é claro, à do herói Pedro Archanjo, que lutava pela preservação dos candomblés e também do carnaval de rua.

Simultaneamente com o debate sobre miscigenação, viu-se Archanjo envolvido na luta entre o delegado Pedrito Gordo e os candomblés. Até hoje narram nas casas-de-santo, nos mercados e feiras, no cais do porto, nas esquinas e becos da cidade, diferentes versões, todas heroicas, do encontro de Pedrito e Archanjo, quando a atrabiliária autoridade invadiu o terreiro de Procópio... No entanto, *a perseguição aos candomblés era natural corolário da pregação racista iniciada na Faculdade e retomada por certos jornais. Pedrito Gordo punha a teoria em prática, produto direto de Nilo Argolo e Oswaldo Fontes, sua lógica consequência* (AMADO, 2001, p. 138 – grifos nossos).

Interessante notar que a repressão contra os candomblés em Salvador é assimilada pelo autor como “lógica consequência” das teorias raciológicas divulgadas na Faculdade de Medicina da Bahia. Como vimos, essas teorias de inferioridade do negro só encontraram grande aceitação porque o Brasil, um Estado em formação, ansiava pelo seu futuro e nacionalidade, e culpar a raça negra pelo atraso e enxergar na raça branca o desenvolvimento se encaixava muito bem. Tanto na realidade como na ficção, as teorias raciais ecoavam pela imprensa local, como no exemplo a seguir, de *Tenda dos Milagres*, publicado no *Jornal de Notícias*, “poderoso órgão das classes conservadoras” (AMADO, 2001, p. 69):

A autoridade deveria proibir esses batuques e candomblés, que, em grande quantidade, alastram as ruas nesses dias, produzindo essa enorme barulhada, sem tom nem som, como se estivéssemos na Quinta das Beatas ou no Engenho Velho, assim como essa mascarada vestida de saia e torço, entoando o abominável samba, pois que tudo isso é incompatível com o nosso estado de *civilização* (AMADO, 2001, p. 69 – grifos nossos).

Archanjo combatia o preconceito e violências contra candomblés através de artigos enviados para jornais e cartas. Alegava que a violência era fruto das teorias racistas disseminadas e que precisava combatê-las com seu próximo livro, agradecia a Argolo por tê-lo estimulado a estudar e pesquisar o tema com rigor científico.

Por outro lado, juntando a necessidade de eliminar a cultura africana ao mal causado pela miscigenação, clamava-se no espaço das cartas dos leitores dos jornais de Salvador:

Onde estava a polícia? Que fazia para demonstrar que esta terra tem *civilização*? A continuar essa escandalosa exibição de África: as orquestras de atabaques, as *alas de mestiças e de todos os graus de mestiçagem* – desde as opulentas crioulas às galantes mestiças brancas (...) (AMADO, 2001, p. 70 – grifos nossos).

Não é coincidência a associação da cultura negra com o atraso. Negros e mestiços eram vistos como os elementos culpados do atraso da nação brasileira em formação. Proibir o carnaval de rua e o candomblé era uma forma de avançar, eliminar o primitivo. Afinal, como demonstrar que aqui havia civilização, como se viu no pedido acima? Aliás, é notória a aparição sequencial do termo civilização neste contexto. No século XVIII, a palavra civilização era recorrente no vocabulário francês. Conforme Denys Cüche, ela evoca a concepção de um progresso coletivo e “significa para eles o processo que arranca a humanidade da ignorância e da irracionalidade” (1999, p. 22).

A civilização é então definida como um processo de melhoria das instituições, da legislação, da educação. A civilização é um movimento longe de estar acabado, que é preciso apoiar e que afeta a sociedade como um todo, começando pelo Estado, que deve se libertar de tudo o que é ainda irracional em seu funcionamento. Finalmente, a civilização pode e deve se estender a todos os povos que compõem a humanidade. Se alguns povos estão mais avançados que outros neste movimento, se alguns (a França particularmente) estão tão avançados que já podem ser considerados como “civilizados”, todos os povos, mesmo os mais “selvagens”, têm vocação para entrar no mesmo movimento de civilização, e os mais avançados têm o dever de ajudar os mais atrasados a diminuir esta defasagem (CÜCHE, 1999, p. 22).

Como se percebe, o termo civilização foi cunhado justamente pelos mais civilizados, os franceses. Não é à toa que Denys Cüche afirma que

“nomear é ao mesmo tempo colocar o problema e, de certa maneira, já resolvê-lo” (CÜCHE, 1999, p. 17). A avaliação de que o Brasil precisava civilizar-se também vinha do olhar estrangeiro ou dos brasileiros com experiência no Velho Mundo. De certa forma, podemos dizer, como vimos no capítulo anterior, que assim como a identidade mestiça – mestiça em relação ao outro diferente e branco –, o Brasil só é incivilizado diante de um outro, obviamente, civilizado. Como afirma Ruben George Oliven, “identidades são construções sociais formuladas a partir de diferenças reais ou inventadas que operam como sinais diacríticos, isto é, sinais que conferem uma marca de distinção” (2006, p. 34).

Cüche afirma que civilização era concebida como um estágio, portanto com a possibilidade de ser desenvolvido, e assim os intelectuais nacionais consideravam a situação do Brasil, com chances de ser civilizado, mas com algumas condições. O candomblé, por exemplo, faria parte de um país primitivo e, portanto, deveria ser eliminado para permitir o avanço da nação.

Além de *Tenda dos Milagres*, Jorge Amado trata da temática da repressão violenta contra os candomblés em outros livros, como *Capitães da Areia*. Não é para menos. Jorge Amado foi autor da emenda da Constituição de 1946 que garantia a liberdade religiosa. O escritor foi eleito deputado por São Paulo em 1945 pelo PCB e foi autor de 15 emendas ao projeto de Constituição, incluindo aquela que isentava impostos de importação para livros e papel para impressão de jornais (BRAGA, 1998, p. 719). Jorge Amado conta que só conseguiu aprovar sua emenda pois não a expôs para a bancada do Partido Comunista Brasileiro, que entendia qualquer religião como “ópio do povo” e afastaria o país do ideal socialista sem religiões, e mostrou-a diretamente para Luis Carlos Prestes. Para aprovar a emenda procurou deputados estratégicos como o baiano Luiz Viana Filho, autor de livro sobre o negro no Brasil, e também Gilberto Freyre, que “colocou-lhe o

valioso autógrafo, comentou em voz baixa, o sorriso sedutor; *por que não pensei nisso?*” (AMADO, 1992, p. 73).

Quando começou a trabalhar como repórter, aos quatorze anos, escrevendo as páginas policiais de *O Diário da Bahia*, Amado testemunhou momentos que serviriam de inspiração para as cenas de repressão aos candomblés nos seus livros. “Nunca esquecerei de pai Procópio, as costas em sangue, resultado da surra de chicote no xadrez. Tais misérias e a grandeza do povo da Bahia são a matéria-prima de meus romances, que os leia quem quiser saber como as coisas se passaram” (AMADO, 1992, p. 71 e 72).

Essa a minha contribuição para a Constituição Democrática de 1946. Transformada em artigo de lei a emenda funcionou, a perseguição aos protestantes, a violação de seus templos, das tendas espíritas, a violência contra o candomblé e a umbanda tornaram-se coisas do passado. Para algo serviu minha eleição, a pena de cadeia que cumpri no Palácio Tiradentes, constituinte apagado, deputado de pouca valia (AMADO, 1992, p. 73 e 74).

Desta forma humilde Jorge Amado define sua atuação na Assembleia Constituinte – formada por deputados e senadores, onde era assíduo nas sessões que começavam às 14h (as noturnas não tinham hora para acabar) e ativo na Comissão de Educação e Cultura –, mas reconhece orgulhoso o resultado do seu trabalho, que evita até hoje a violência contra os praticantes de diferentes religiões.

Respeitando a religiosidade africana e lutando contra sua repressão, tanto Jorge Amado como seu personagem Pedro Archanjo, paradoxalmente, eram ateus. “Meu materialismo não me limita” (AMADO, 1992, p. 139), explicava Archanjo ao ser questionado por que participava então dos candomblés. O criador do personagem costumava mencionar a citação de sua criatura em entrevistas.

Pedro Archanjo é a soma de muita gente misturada: o escritor Manuel Querino [sic], o babalaô Martiniano Eliseu do Bomfim, Miguel Santana Obá até, o poeta Artur de Sales, o compositor Dorival Caymi e o alufã Licutã – e eu próprio, é claro. De todos eles Archanjo incorpora um traço, uma singularidade, a preferência, o tom de voz, o gosto da comida, o trato das mulheres, a malícia (AMADO, 1992, p. 139).

A menção a Manuel Querino por Jorge Amado não surpreende. Logo na abertura de *Tenda dos Milagres* o autor reproduz o pensamento de Querino que dá o recado e o tom mulato ao romance: “O Brasil possui duas grandezas reais: a uberdade do solo e o talento do mestiço”. A citação é do seu texto “O colono como fator da civilização brasileira”. Este trabalho foi publicado pela primeira vez em Salvador em 1918, pela Imprensa Oficial do Estado.

O primeiro aspecto que chama atenção no texto é o modo como Querino cunha o negro. O termo escolhido foi “colonizador” e não escravo, como era mais comum no período. O autor, ele mesmo mulato, carregava uma visão positiva dos mestiços e negros, como já dissemos. Querino enaltecia os conhecimentos do povo negro adquiridos ainda na África através do contato com muçulmanos. A influência negativa seria, na realidade, dos portugueses, que queriam enriquecer sem trabalho. O trabalho era visto como algo degradante e Querino sustentava que o português não foi capaz de se adaptar aos trópicos. A sabedoria e a força de trabalho brasileira eram originárias dos negros que, segundo Manuel Querino, além de tudo teriam sido os primeiros a encontrar diamante e ouro no Brasil com as técnicas trazidas da África.

Sobre a resistência contra a escravidão, Manuel Querino sustenta que, com saudades da terra natal e da liberdade, os negros se suicidavam em protesto. Em um segundo momento, os negros teriam avaliado que a “vingança” deveria ser contra os senhores, método que também foi superado em uma “terceira fase”, quando perceberam que deveriam se organizar

e montar estratégias de fuga. E com esta organização Manuel Querino considera Palmares como a primeira República do Brasil, comparando os escravos africanos no Brasil com os escravos romanos, dizendo que os daqui eram superiores. No lugar de um exército violento, os escravos do Brasil se organizavam. Assim, Querino entendia os negros além de colonizadores, o que em si já era uma concepção nova, mas também como civilizadores, o que rompia completamente com o paradigma da época.

A esse respeito, Querino sustenta:

Foi o trabalho do negro que aqui sustentou por séculos e sem desfalecimento a nobreza e a prosperidade do Brasil: foi com o produto do seu trabalho que tivemos as instituições científicas, letras, artes, comércio, indústria, etc., competindo-lhe, portanto, um lugar de destaque, como fator da civilização brasileira (QUERINO, 1918, p. 72).

O negro era também “fator da civilização brasileira” e o mestiço, a “glória da nação”. Querino tenta provar a qualidade inquestionável do mestiço ao listar uma lista de próceres brasileiros e miscigenados. A lista é precedida pelo elogio. Vejamos.

Do convívio e colaboração das raças na feitura deste País, procede esse elemento mestiço de todos os matizes, donde essa plêiade ilustre de homens de talento que, no geral, representaram o que há de mais seletivo nas afirmações do saber, verdadeiras glórias da nação. Sem nenhum esforço pudemos aqui citar o Visconde de Jequitinhonha, Caetano Lopes de Moura, Eunápio Deiró, a privilegiada família dos Rebouças, Gonçalves Dias, Machado de Assis, Cruz e Souza, José Agostinho, Visconde de Inhomirim, Saldanha Marinho, Padre José Maurício, Tobias Barreto, Lino Coutinho, Francisco Glicério, Natividade Saldanha, José do Patrocínio, José Teófilo de Jesus, Damião Barbosa, Chagas, o Cabra, João da Veiga Muricé e muitos outros, só para falar dos mortos (QUERINO, 1918, p. 72).

Sobre esses “ilustres homens de talento”, “o que há de mais seletivo nas afirmações do saber”, as “verdadeiras glórias da nação”, Querino confia que

a “justiça da história” irá reconhecê-los. Querino considera tantos exemplos positivos como justificativa para

asseverar que o Brasil possui *duas grandezas reais: a uberdade do solo e o talento do mestiço*. Tratando-se da riqueza econômica, fonte da organização nacional, ainda é o colono preto a principal figura, o fator máximo. São esses os florões que cingem a fronte da raça perseguida e sofredora que, a extinguir-se, deixará imorredouras provas do seu valor incontestável que a justiça da história há de respeitar e bem dizer, pelos inestimáveis serviços que nos prestou, no período de mais de três séculos (QUERINO, 1918, p. 72 e 73).

E é com essa afirmação de Querino que Jorge Amado inicia *Tenda dos Milagres*, onde toma forma, nos personagens de Pedro Archanjo e Nilo Argolo, o debate sobre a questão racial. Diferentemente de Nilo Argolo, médico e professor da faculdade, Pedro Archanjo – “sábio autor de livros sobre miscigenação, talvez definitivos” (AMADO, 2001, p.28) – era bedel da instituição de ensino, com funções longe das catedráticas. Como diz o escritor, “o debate em torno da questão racial arrancou a Faculdade da retórica barata e da teoria suspeita e a reintegrou no interesse científico, na especulação honrada e original, no trato da matéria” (AMADO, 2001, p. 137). Interesse científico sobre a mistura de raças que atingiu e envolveu Pedro Archanjo, que escreveu livros e publicou com o auxílio de Lídio Corró, seu parceiro na Tenda, local onde Corró tinha uma tipografia e onde faziam encontros com música, dança e teatro de bonecos com sombra e luz. Os livros, *A vida popular na Bahia* (1907); *Influências africanas nos costumes da Bahia* (1918); *Apontamentos sobre a mestiçagem nas famílias baianas* (1928) e *A culinária baiana – origens e preceitos* (1930), carregavam a bandeira da mestiçagem como, do modo como Manuel Querino diria, uma das grandezas do Brasil. A própria bibliografia do personagem Archanjo, se comparada com a de Querino, torna evidente a associação feita por Jorge Amado. O mesmo ocorre com Nilo Argolo e Nina Rodrigues.

Em 1904, o professor Nilo Argolo, catedrático de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Bahia, apresentou a um Congresso Científico reunido no Rio de Janeiro e publicou numa revista médica e em separata a memória *A degenerescência psíquica e mental dos povos mestiços – o exemplo da Bahia*. Em 1928, Pedro Archanjo escreveu os *Apontamentos sobre a mestiçagem nas famílias baianas*, pequeno volume do qual somente cento e quarenta e dois exemplares chegaram a ser impressos, e uns cinquenta enviados, por Lídio Corró, a bibliotecas, universidades e escolas nacionais e estrangeiras, a sábios, a professores, a literatos. *Durante essas duas décadas travou-se uma polêmica nos bastidores da Faculdade em torno do problema racial no mundo e no Brasil, envolvendo teses, teorias, autores, cátedras e autoridades científicas e policiais*. Livros, memórias, artigos, folhetos foram escritos e publicados e o tema obteve repercussão na imprensa, sobretudo na forma de *virulentas campanhas a propósito de aspectos da vida da cidade e de sua condição religiosa e cultural*.

Os livros de Archanjo, os três primeiros especialmente, encontram-se diretamente ligados a esse debate e assim se pode avançar uma afirmação categórica: houve, no primeiro quartel do século, no burgo da Bahia, uma *luta de ideias e princípios entre certos professores da Faculdade, entronizados nas cátedras de Medicina Legal e de Psiquiatria*, e os mestres daquela universidade vital do Pelourinho, muitos dos quais só se deram conta dos fatos – e ainda assim em termos restritos – quando a polícia foi chamada a intervir e interveio. *Nos começos do século, a Faculdade de Medicina encontrava-se propícia a receber e a chocar as teorias racistas pois deixara paulatinamente de ser o poderoso centro de estudos médicos fundado por Dom João VI, fonte original do saber científico no Brasil, a primeira casa de doutores da matéria e da vida, para transformar-se em ninho de subliteratura, da mais completa e acabada, da mais retórica, balofa e acadêmica, a mais retrógrada. Na grande Escola, desfraldaram-se então as bandeiras do preconceito e do ódio* (AMADO, 2001, p. 136 – grifos nossos).

O trecho anterior foi reproduzido na íntegra porque resume perfeitamente o clima acadêmico em torno da questão racial e mostra a opinião do autor a respeito das teorias raciológicas: “subliteratura, da mais completa e acabada, da mais retórica, balofa e acadêmica, a mais retrógrada” (AMADO, 2001, p. 136). As mesmas teorias foram responsáveis por pregar o preconceito e disseminar o ódio contra os negros, no ponto de vista do autor. Para Pedro

Archanjo, os livros de Nilo Argolo sobre os negros e mestiços eram “páginas terríveis, candentes palavras” (AMADO, 2001, p. 94). Archanjo se perguntava onde Argolo encontrou subsídio para afirmações categóricas como “fator de nosso atraso, da nossa inferioridade, constituem os mestiços, sub-raça incapaz” e sobre os negros, que “não tinham ainda atingido a condição humana”, “em que parte do mundo puderam os negros constituir Estado com um mínimo de civilização?” (AMADO, 2001, p. 94).

Notemos que novamente o termo civilização é utilizado e suposta falta de civilização do Brasil é um dos fatores que originaram a necessidade de importar e de adaptar as teorias raciais no Brasil, que explicariam nosso atraso pela presença “dos mestiços, a negralhada” (AMADO, 2001, p. 76).

Conclusões parciais

Mesmo no plano da ficção, as citações retiradas de *Tenda dos Milagres* são uma amostra da realidade brasileira que funciona em uma constante dialética. Há o discurso do não-preconceito racial, até que ele alcance sua honrada família; há a discriminação do candomblé em nome de uma fé mais civilizada, até que se precise de cura e ajuda espiritual.

A dicotomia também é vista enquanto se importam – com as devidas adaptações às necessidades locais, como já vimos – as teorias científicas sobre as raças. Intelectuais queriam o abolicionismo, hoje muito se elogia estes ditos libertários, e por isso lutavam contra a elite econômica que precisava da mão de obra escrava. Mas o que pouco se discute, em se tratando do senso comum, é que os intelectuais queriam abolir a escravidão para evitar a entrada de mais negros no Brasil e assim promover um branqueamento social, encarado como a solução de todos nossos problemas de atraso causados pelos negros. Era um paradoxo, sob certo ponto de vista, querer libertar os negros dos trabalhos forçados, mas ao mesmo tempo facilitar

a imigração europeia para branquear o Brasil. Além do branqueamento, a segregação completa também era proposta como solução, inclusive por Nina Rodrigues, que acreditava que os negros seriam extintos, já que a raça branca era considerada mais forte.

Como encarar o preconceito racial enquanto acreditamos que ele não existe? Não temos a resposta, mas concordamos com os críticos do “elogio à mestiçagem” que enxergam essa suposta igualdade como uma pedra no caminho para se pensar e solucionar diferenças sociais e preconceitos.

A mesma lógica aplicamos na reflexão sobre a intolerância religiosa. Como combatê-la se o assunto nem ao menos é considerado uma pauta importante por toda sociedade? Como combater intolerância religiosa ao candomblé praticada por religiões neopentecostais sem que também sejamos intolerantes nesse processo? São perguntas que encerram este trabalho, mas não encerram as reflexões.

Assim, concluímos que *Tenda dos Milagres* é um livro para ser lido e relido à luz dos novos tempos. Acreditamos que a literatura pode servir como uma ferramenta de sensibilização já que o noticiário, apesar de revelar os fatos, não consegue mobilizar a atenção para o tema.

Referências

AMADO, Jorge. *Navegação de Cabotagem*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

_____. *Tenda dos Milagres*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BASTIDE, Roger. *O Candomblé na Bahia*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001.

BRAGA, Sérgio Soares. Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 1998. In: <www.camara.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2008.

CÜCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Lisboa: Fim de Século, 1999.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC Livros Técnicos e Científicos, 1989.

- EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2005.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raças e os estudos de relações raciais no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 54, p. 147-156, 1999.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter Nacional Brasileiro*. 6. ed. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002.
- OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo. A diversidade cultural no Brasil-nação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 4ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatayh. *Visões do Cárcere*. Porto Alegre: Zouk, 2009.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 7-29, 1989.
- QUERINO, Manuel. *O colono preto como fator da civilização brasileira*. Salvador, 1918. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/247539/mod_resource/content/1/O%20colono%20preto%20como%20fator%20da%20civiliza%C3%A7%C3%A3o%20brasileira.pdf>. Acesso em: 10 set. 2008.
- RAMOS, Ana Rosa Neves. Ética e política na Constituinte de 1946: os discursos de Jorge Amado. In: *Cadernos de Pesquisas Literárias da PUCRS*, Porto Alegre: PUCRS, 1998.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil*. De Varnhagen a FHC. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- REIS, José Carlos Antonio. *Do convívio e colaboração das raças: elogio da mestiçagem e reabilitação do negro em Manuel Querino*. Dissertação (Mestrado) – Unesp, Franca, 2009.
- ROMERO, Silvío. *História da Literatura Brasileira*. Disponível em: <www.dominipublico.org.br>. Acesso em: 10 set. 2008.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, Vagner Gonçalves. *Candomblé e Umbanda: caminhos da devoção brasileira*. São Paulo: Summus Editorial, 2005.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Recebido em 09/11/2015.

Aceito em 22/12/2015.